

2º Congresso AMAlentejo

2.º Painei

EMPREGO DE QUALIDADE NO ALENTEJO

União dos Sindicatos do Norte Alentejano/ CGTP-IN (Helena Neves)

O artigo 59º da CRP define, através da descrição dos direitos dos trabalhadores, as características de um emprego de qualidade:

1. Um emprego a que corresponde uma retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna;
2. Um emprego com horário regulado, cuja organização do trabalho ocorra em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar;
3. Um emprego onde se preste um trabalho em condições de higiene, segurança e saúde;
4. Um emprego que possibilite o direito ao repouso e aos lazeres, a um limite máximo da jornada de trabalho, ao descanso semanal e a férias periódicas pagas.

A CRP estabelece ainda que todos os trabalhadores têm direito à segurança no emprego e à contratação colectiva.

Um emprego com qualidade corresponde assim a um salário e horário dignos e um vínculo de trabalho efectivo.

A pretexto de sucessivas crises, vários governos têm conduzido à degradação da qualidade do emprego.

No Alentejo o emprego regista um declínio acentuado desde 2004 tendo perdido desde esse ano até 2014 cerca de 20 mil postos de trabalho a maioria no sector produtivo.

Do emprego criado 61% teve lugar no sector dos serviços.

Importa por isso, se queremos abordar a qualidade do emprego no Alentejo, perceber que tipo de emprego domina o sector dos serviços.

Comecemos pelos salários.

Se analisarmos a percentagem de trabalhadores com o salário mínimo nacional, que seria hoje muito superior se tivesse acompanhado a inflação e a produtividade, concluímos que foi precisamente nos sectores dos serviços que mais aumentaram os trabalhadores com esta remuneração. No alojamento e restauração são já 35% e o sector social, que tendo em conta o envelhecimento da população tem crescido, regista mais de 27% de trabalhadores com o salário mínimo nacional.

Não é difícil concluir que o emprego criado nos últimos anos no Alentejo é este, o dos baixos salários.

Relativamente aos vínculos que predominam no nosso território importa analisar que tanto a contratação a prazo como os contratos de trabalho através de empresas de trabalho temporário aumentaram, no caso destes últimos mais de 3 vezes, entre 2002 e 2013.

Esta é aliás uma tendência nacional já que sabemos que actualmente, 8 em cada 10 novos postos de trabalho criados correspondem a um vínculo precário.

Não é pois exagero concluir que a maioria do emprego criado é precário.

A juntar-se aos trabalhadores cujo vínculo de trabalho é precário temos ainda os que são abrangidos pelas chamadas medidas activas de emprego e ocupação.

No Estudo de Avaliação das Políticas Activas de Emprego, um relatório publicado em 2012, são revelados os números: *Em 12 anos, as medidas analisadas representam dois milhões de participações e um valor total de despesa pública de quatro mil milhões de Euros.* É neste relatório ainda referido que as Medidas Ocupacionais representam mais de metade (58%) do total, seguindo-se lhe, por ordem de importância, os Estágios (25%) e os Apoios a Contratação (11%).

O novo programa de estágios conta com o dobro das vagas e é bem demonstrativo, se mais demonstrações faltassem após o acordo de concertação social, do empenho do governo e patrões no combate à precaridade.

Segundo o estudo “O Desmantelamento da contratação colectiva em Portugal, os desafios e as alternativas” de 2016, *em 2000 os trabalhadores abrangidos pela contratação colectiva eram 3 milhões (dados do Ministério do Trabalho). Em 2004, após a entrada em vigor da norma da caducidade que prevê que um acordo colectivo de trabalho deixe de ter efeito na falta de acordo e publicação num determinado período de tempo, foram publicados 50 acordos abrangendo 307 mil trabalhadores. No ano anterior, antes da caducidade, foram publicados 144 abrangendo 986 mil trabalhadores.*

Em 2008 eram apenas 1,8 milhões de trabalhadores abrangidos pela contratação colectiva, tendo esse valor atingido o seu mínimo histórico em 2005, com apenas 500 mil trabalhadores.

Em 2009 foram criados os contratos de emprego e inserção – CEI, o contrato de trabalho de muito curta duração que passa, com o mais recente acordo da concertação social, a aplicar-se a tudo quanto é sectores e passa de 15 para 35 dias, o contrato intermitente, o banco de horas que o acordo da concertação social prevê que seja grupal, alargando em 150 horas anuais o número de horas de trabalho e reduziu-se o prazo para impugnação do despedimento de 1 ano para 60 dias.

Entre 2003 e 2009 as 3 mais importantes vertentes da qualidade no emprego foram subvertidas.

No Alentejo e no país os trabalhadores empobrecem a trabalhar: 10,8% dos trabalhadores vivem em situação de pobreza.

Os contratos de trabalho dissimulados aumentaram em 200%, onde se incluem o falso trabalho independente, os falsos estágios e outras formas de trabalho dissimulado, o trabalho não declarado aumentou 34% em relação a 2013, persistem de ilegalidades na celebração de contratos a termo e na utilização de trabalho temporário.

Mas que peso tem esta degradação do emprego na actual situação de despovoamento do Alentejo?

Um breve retrato do distrito de Portalegre e da vida de um jovem trabalhador alentejano, aquele que queremos que se fixe e que crie cá família, é ilucidativo das causas do despovoamento do nosso território.

Um jovem não vai escolher para criar família um conselho onde o risco de pobreza aumenta dramaticamente, um local onde, por receber um salário 18% inferior à média nacional tem 3 vezes menos poder de compra que um trabalhador em Lisboa. Não vai fazer esta escolha só porque receberá um cabaz de algumas dezenas de euros se tiver um filho. E como sustentará essa família sem emprego ou com um vínculo de trabalho precário? Onde levará o seu bebé durante a noite caso adoença? Vai sujeitar o seu filho a passar 12 horas fora de casa só para completar o ensino obrigatório?

Entre 2011 e 2013 o distrito perdeu cerca de 2 mil habitantes, parte deles qualificados, indispensáveis ao funcionamento de serviços especializados. Apenas cerca de 15% da população tem, actualmente, menos de 18 anos. Prevê-se que em 2021 cheguemos aos 109 mil habitantes.

Em 2017, para os 7 701 inscritos no Centro de Emprego havia, em Maio desse ano, 371 ofertas de emprego. Muitas ficam ainda assim por preencher por dificuldades concretas como a falta de mobilidade, de um serviço de transporte público que permita aos trabalhadores se deslocarem até aos seus locais de trabalho. O transporte ferroviário de passageiros foi reposto no ano passado com 2 horários, incompatíveis com horários de trabalho cada vez mais desregulados nos sectores cujo emprego mais cresce, como é exemplo o sector social, comércio e hotelaria.

Estas dificuldades, sentidas pelos trabalhadores do Alto Alentejo são determinantes para o despovoamento. Não podemos falar de despovoamento sem culpar em 1º lugar os baixos salários, a precariedade, o desemprego. De seguida vem todo o ataque aos serviços públicos.

Atribui-se o decréscimo da população à falta de emprego e acesso a serviços públicos de qualidade mas como há menos pessoas procuram justificar a extinção de mais serviços públicos e postos de trabalho. A falta de população e o seu envelhecimento não são a razão, são a consequência. Consequência de políticas contrárias aos interesses do país e das regiões. São a desculpa para fechar mais e investir menos começando por desenvolver esta estratégia nas regiões onde menos pessoas a possa contestar.

No distrito de Portalegre entre 2001 e 2013 extinguiram 23 freguesias e encerraram 63 escolas, 10 extensões de centros de saúde e várias estações dos CTT. Não existe urgência pediátrica no Hospital de Portalegre à noite. Fecharam a maternidade em Elvas. Correram com 20% dos trabalhadores da administração pública entre os quais 300 professores. As populações ficaram isoladas: sem junta de freguesia, sem escola, sem centro de saúde, sem posto dos CTT.

Também não é fácil estudar em Portalegre. Para o Instituto Politécnico de Portalegre não há transportes e como a situação laboral e perspectivas aqui na região não são animadoras, um estudante de Portalegre estudará noutra distrito.

O despovoamento é um problema complexo, grave e nacional. O povo e os trabalhadores têm de ser colocados no centro da política de desenvolvimento do país, um desenvolvimento equilibrado e planeado. O povo e os trabalhadores têm de ser reconhecidos como uma riqueza do país, um investimento com retorno.

Para viver e trabalhar no Alentejo os trabalhadores alentejanos têm de lutar com todos os trabalhadores portugueses por uma política de justa repartição da riqueza, coordenada com uma estratégia social, educativa e cultural nacional, e não municipal ou regional, que vise o desenvolvimento humano integrado de sectores e regiões, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores.

